



Religião e Sociedade: Hegemonia ou Submissão

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2019

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Religião e Sociedade: Hegemonia ou Submissão

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
R382	Religião e sociedade [recurso eletrônico] : hegemonia ou submissão / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-685-0 DOI 10.22533/at.ed.850190710 1. Religião e política. 2. Religião e sociologia. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 291.177
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Compreender o paradoxo da constituição de nosso espaço público republicano, que ao laicizar o Estado criou relações privilegiadas com a Igreja católica é crucial para se compreender a organização do campo religioso brasileiro. Interseções. O Campo religioso brasileiro. até meados do século XX, assim como a natureza das novas transformações acentuadas a partir da década de 1960 (inclusive aquelas ocorridas no seio do próprio catolicismo). Pode-se dizer que, durante a primeira metade do século XX, o espaço público republicano destinado às religiões foi desenhado sob a hegemonia das instituições católicas, que contaram com a simpatia e a cumplicidade de inúmeras esferas do Estado. O que ocorreu a partir da segunda metade do século XX é que a Igreja Católica passou a perder sua posição hegemônica e sofreu enorme desgaste. Tal instituição inauguraria uma abertura diplomática em relação aos “povos não-crentes” e passaria a admitir o esforço pelo reconhecimento das religiões não ocidentais e de outros ramos do cristianismo, mesmo aqueles gerados dentro de suas próprias estruturas de outrora, e expurgados como expressão do paganismo ou do diabo. A partir de então, estratégia convencional de combate direto a outros cultos, já sem eficácia, abriu caminho para que outros cultos disputassem a legitimidade de sua presença no espaço social. O enfraquecimento da hegemonia católica criou assim condições para que a liberdade religiosa viesse a ser uma experiência social de mais amplo espectro (ALMEIDA & MONTERO, 2000:328-330). Em muitas nações católicas, a passagem para a segunda metade do século XX foi um momento marcado pelo desejo das próprias comunidades católicas locais de uma ampla reforma litúrgica. Isso se traduziu nos primeiros esforços efetivos tomados durante o pontificado de Pio XII (1939-1958) de aproximação com os grupos afastados da Igreja e da fé, e, assim, de um maior diálogo com as religiosidades nativas e populares, abrindo a possibilidade de um melhor entendimento com outras religiões.

Apesar da multiplicidade de planos que perpassam a experiência histórica que levou até o Concílio Vaticano II, incluindo aí questões particulares da Igreja romana e da Igreja Católica no Brasil, as principais linhas de força da primeira metade do século XX que influíram na caminhada até ele podem ser resumidas em cinco mudanças fundamentais: um novo posicionamento da Igreja diante da modernidade e do mundo; uma alteração profunda na compreensão do conceito de “leigo”, que levou a uma participação mais efetiva do povo na vida da Igreja; uma renovação eclesial e litúrgica aproximando clero e fiéis; a intensificação da participação e organização comunitária na Igreja e a guinada em direção a um discurso conciliador com a realidade da diversidade religiosa. Dessa forma, pode-se definir esse percurso histórico como um esforço renovador da Igreja Católica; inicia-se durante o fim da primeira metade do século XX, ganhando maior intensidade e densidade ao longo da década de 1950, até culminar na ocorrência do Concílio Vaticano II. Essa atitude inovadora, embora só se

estabeleça efetivamente após o Concílio Vaticano II, emergiu como uma alternativa à defesa da fé católica em termos apologéticos, característica do episcopado brasileiro durante toda a primeira metade do século XX. Portanto, em relação às outras religiões e às “religiosidades populares”, a grande inovação promovida pelo Concílio Vaticano II foi a passagem de uma atitude combativa, em contraposição às outras vertentes religiosas, para uma atitude de relativa compreensão e diálogo. Essas e outras profundas inovações convergentes no Concílio Vaticano II não se instalaram de forma imediata na sociedade, e também não foram decididas sem conflitos. Vários modelos eclesiológicos estavam em jogo. A abertura ao diálogo com o mundo contemporâneo e com as outras religiões ocorreu num período de maior aprofundamento das transformações em trânsito no século XX, e conseqüentemente de um profundo deslocamento do lugar na religião e da cristandade nas sociedades. No caso de muitos países ocidentais, incluindo o Brasil, a cristandade deixaria de ser o eixo estruturante do conjunto social, para que agora tivesse que “conquistar com suas próprias forças um espaço, a partir da consciência individual, não obstante sua marginalização na vida pública” (MATOS, 1997:341). Esse processo de mudanças históricas instaladas pelo Concílio Vaticano II ainda permanece em andamento, com retrocessos e avanços eventuais, de forma que mais de 40 anos depois ainda seja difícil prever ou mensurar o impacto efetivo e definitivo das propostas lançadas pelo Concílio. Campo religioso brasileiro na contemporaneidade? Creio que o melhor equacionamento de tal questão só é possível utilizando-se como lente de análise de estudos a Sociologia da Religião contemporânea, que, de alguma forma, encontram como denominador comum as questões pioneiramente propostas por Simmel, que no início do século XX indagou qual seria o papel ocupado pela religião em meio às transformações da sociedade moderna. A busca hoje do pertencimento a manifestações religiosas “populares”, notadamente expressões coletivas da fé, pode também ser interpretada como busca individual pela transcendência ou espiritualidade por meio dos elementos mágico-afetivo-sensitivos presentes em tais cultos/festejos e consoante os atributos da mística: suas dimensões coletivas (e muitas vezes festivas) permitem também o contato direto com o universo do sagrado sem a obrigação de intermediações hierárquicas ou ritos inflexivelmente estruturados, em grande parte através de recursos rituais permeados pela música, pela dança ou pela teatralidade. São formas de agradar tanto aos sentidos, quanto a Deus, aos santos ou entidades sagradas. Além disso, a relação com o universo do sagrado dá-se tanto individual como coletivamente, no prazer transcendente do contato consigo e com o outro. Assim, pode-se dizer que hoje manifestações religiosas “populares” ganham novo sentido de existência diante das profundas mudanças ocorridas no campo religioso brasileiro, pois, em sua dinamicidade, reúnem aspectos da comunidade, da igreja e da mística, permitindo o multipertencimento da religiosidade transversal contemporânea, seja ele concomitante ao catolicismo, ao kardecismo ou aos terreiros. Além disso, a pertença a tais manifestações e a notoriedade pública proporcionada

por ela constitui também capital cultural individual e coletivo, que possibilita (auto) afirmação identitária e pertencimento a um grupo (mesmo que flexível), além da atribuição a tais manifestações do status de patrimônio cultural.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IGREJA CATÓLICA: SEXUALIDADE E A DITADURA MILITAR NO BRASIL	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Monica Soares	
Paulo Rennes Ribeiro Marçal	
Isabel Cristina Correa Cruz	
Carlos Simão Coury Corrêa	
Andreza de Souza Fernandes	
Fernando Sabchuck Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.8501907101	
CAPÍTULO 2	12
A FUNÇÃO ECLESIAL DOS CARISMAS EM 1COR 12	
Marcela de Jesus Dias	
Vicente Artuso	
DOI 10.22533/at.ed.8501907102	
CAPÍTULO 3	20
ITINERÁRIO DA SINODALIDADE NA IGREJA: DAS ORIGENS DA IGREJA À VOLTA ÀS FONTES DO VATICANO II	
Pedro Paulo das Neves	
DOI 10.22533/at.ed.8501907103	
CAPÍTULO 4	38
ECOFEMINISMO: EM DEFESA DA DIGNIDADE DAS MULHERES E DA NATUREZA	
Severino Arruda da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8501907104	
CAPÍTULO 5	49
AS BASES FILOSÓFICAS DA VISÃO NA CONTEMPORANEIDADE A RESPEITO DE DEUS	
Adelcio Machado dos Santos	
Joel Haroldo Baade	
DOI 10.22533/at.ed.8501907105	
CAPÍTULO 6	60
ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA. PASTORAIS SOCIAIS NA DIOCESE DE JOINVILLE – ANOS 1960-1990	
Rebecca Wuerz Balsanelli	
Rita de Cássia Pacheco	
Clélia Peretti	
DOI 10.22533/at.ed.8501907106	
CAPÍTULO 7	71
FUNDAMENTALISMOS, INTOLERÂNCIAS E LAICIDADES: A RELIGIOSIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	
Celso Gabatz	
DOI 10.22533/at.ed.8501907107	

CAPÍTULO 8	82
MARIOLOGIA DE ANTÔNIO CONSELHEIRO: A MARIA DAS 'PRÉDICAS AOS CANUDENSES	
Izaias Geraldo de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.8501907108	
CAPÍTULO 9	90
PERSEGUIÇÃO CONTRA RELIGIÃO AFRO BRASILEIRA AUMENTA VIOLÊNCIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, BRASIL	
Flávia Abud Luz	
Monica Abud Perez de Cerqueira Luz	
DOI 10.22533/at.ed.8501907109	
CAPÍTULO 10	99
RELIGIÃO E A POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE O ELEITORADO EVANGÉLICO	
Leandro Ortunes	
Silvana Gobbi Martinho	
Tathiana Senne Chicarino	
DOI 10.22533/at.ed.85019071010	
CAPÍTULO 11	104
UM REFORMADOR BRASILEIRO NO BRASIL IMPERIAL	
Raimundo Nonato Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.85019071011	
CAPÍTULO 12	116
OS CONTORNOS DA TÉCNICAS DE SI NA SEXUALIDADE E NA HISTÓRIA DA RELIGIÃO NO BRASIL	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
Maria Regina Momesso	
Fernando Sabchuk Moreira	
Andreza de Souza Fernandes	
Carlos Simão Coury Corrêa	
Isabel Cristina Correa Cruz	
Valquíria Nicola Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.85019071012	
SOBRE A ORGANIZADORA	130
ÍNDICE REMISSIVO	131

PERSEGUIÇÃO CONTRA RELIGIÃO AFRO BRASILEIRA AUMENTA VIOLÊNCIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, BRASIL

Flávia Abud Luz

Doutoranda em Ciências Humanas e Sociais pela
Universidade Federal do ABC (UFABC)

São Paulo – São Paulo

Monica Abud Perez de Cerqueira Luz

Pós-Doutoranda em Educação, Arte e História
da Cultura pela Universidade Presbiteriana
Mackenzie

São Paulo – São Paulo

RESUMO: Dados compilados pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Rio de Janeiro (CCIR) mostram que mais de 70% de 1.014 casos de ofensas, abusos e atos violentos registrados no Estado do Rio de Janeiro entre 2012 e 2015 são contra praticantes de religiões de matrizes africanas. Nosso objetivo num primeiro momento foi problematizar a razão pela qual os adeptos da umbanda, do candomblé e suas variações são alvos de ataques, desrespeito, violência. Após pesquisa bibliográfica e documental, entendemos que o desde o Brasil colônia, perpetua o ranço do racismo contra o negro e contra as religiões de matriz afro, pelo fato simples fato de serem de origem africana. O segundo ponto por nós levantado e analisado diz respeito à ação de movimentos neopentecostais que nos últimos anos que tem se valido de mitos e preconceitos advindos do processo histórico,

colocando o negro brasileiro como de menor valor; desumanizado, desvalorizado; estranho; exótico, folclórico, com vistas a demonizar por meio do culto religioso; o que só aumentou a perseguição a umbandistas e candomblecistas principalmente.

PALAVRAS-CHAVE: religião africana; violência; movimento neopentecostal.

PERSECUTION AGAINST AFRO-BRAZILIAN RELIGION INCREASES VIOLENCE IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO, BRAZIL

ABSTRACT: Data compiled by the Commission for the Fight against Religious Intolerance of Rio de Janeiro (CCIR) show that more than 70% of 1,014 cases of offenses, abuses and violent acts registered in the State of Rio de Janeiro between 2012 and 2015 are against practicing matriarch religions African countries. Our goal at first was to problematize the reason why the supporters of umbanda, candomblé and its variations are targets of attacks, disrespect, violence. After bibliographical and documentary research, we understand that since the colony Brazil, perpetuates the rancidity of racism against the black and against the religions of African origin, for the simple fact of being of African origin. The second point raised and analyzed by us refers to the action of neo-Pentecostal movements that in recent years has used myths

and prejudices derived from the historical process, placing the Brazilian black as of less value; dehumanized, devalued; weird; exotic, folkloric, with a view to demonizing through religious worship; which only increased the persecution mainly Umbandistas and candomblecistas.

KEYWORDS: African religion; violence; neopentecostal movement.

INTRODUÇÃO

Segundo o Censo 2010 do IBGE, há mais de 40 grupos religiosos registrados no País. A religião com maior número de praticantes é a católica, 64,6% da população, enquanto os evangélicos vêm em segundo lugar, 22,2%. Os adeptos do espiritismo são 2,0% da população, enquanto os da umbanda e do candomblé representam 0,3%. Cerca de 107 mil pessoas seguem o judaísmo; 65 mil tradições indígenas; 35 mil o islamismo; e 5 mil o hinduísmo.

A Constituição Brasileira afirma que a liberdade de consciência e de crença é inviolável e que a proteção aos locais de cultos e suas liturgias é garantida por lei.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Assim, no artigo 18

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular (Artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948)

Ao tratarmos especificamente das práticas religiosas dos povos afro-brasileiros, percebemos que essas práticas traduzem o resgate de cultos africanos realizados pelos seus antepassados. São conhecidos no Brasil o Candomblé, na Bahia e em outros estados; o Xangô, em Pernambuco, Alagoas e Sergipe; a Umbanda, no Rio de Janeiro, Minas Gerais e outros Estados; o Tambor de Mina, Tambor de Nagô e Canjerê, no Maranhão; a Cabula, no Espírito Santo, e o Batuque ou Pará, no Rio Grande do Sul, onde também recebe a denominação de Nação.

Apesar do sincretismo a hegemonia do catolicismo e neopentecostais reforçam a intolerância religiosa com a religião de matriz afro. Tal fato corrobora com os ataques que não se limitam as praticantes da religião; chegando ao ponto de incendiar terreiros de candomblé.

Cabe ressaltar que a cultura afrodescendente é tratada como algo pecaminoso, herege, inferior e associada ao barbarismo. Todas as suas expressões também receberam essa carga pejorativa e racista. O combate a todas as manifestações, expressões e principalmente, a religiosidade representada pelo Candomblé. Uma

religião de resistência, que apesar de todas as tentativas de erradicação dos traços negros, a fim de torná-lo um ser sem emoções, sem cultura, tendo apenas a força de trabalho para oferecer ao modelo escravista como diz Ribeiro em seu livro *O povo brasileiro a formação e o sentido do Brasil*

A empresa escravista, fundada na apropriação de seres humanos através da violência mais crua e da coerção permanente, exercida através dos castigos mais atrozes, atua como uma mó desumanizadora e desculturadora de eficácia incomparável. Submetido a essa compreensão, qualquer povo é desapropriado de si, deixando de ser ele próprio, primeiro, para ser ninguém ao ver-se reduzido a uma condição de bem semovente, como um animal de carga; depois, para ser outro, quando transfigurado etnicamente na linha consentida pelo senhor, que é mais compatível com a preservação de seus interesses (RIBEIRO, 1995, p. 118).

Há 15 anos, a luta pela liberdade e diversidade de credos e religiões é pauta da agenda do Governo do Brasil. Em 2013, esse esforço foi consolidado pelo lançamento do I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.

O número de agressões é 47% maior do que o registrado em todo o ano de 2017, quando foram recebidas 145 denúncias. Se em 2014 elas correspondiam a 15% do total de denúncias, hoje representam 59% do número total de reclamações. Sônia Giacomini, professora da PUC-Rio e uma das autoras da pesquisa que resultou no livro “Presença do axé: mapeando terreiros no Rio de Janeiro”, cita disputa, muita agressão e muito medo, que se acirrou a partir da última campanha eleitoral. Dados coletados pela pesquisa “Mapeamento das Casas de Religiões de Matriz Africana do Rio de Janeiro” correspondem a um universo de 847 casas mapeadas.

Entre os tipos de ataque mais comuns, Giacomini (2011) lista as agressões verbais e físicas; pichações nas casas de culto e som alto para impedir que os religiosos escutem as cerimônias.

.Segundo a pesquisadora, o aumento dos evangélicos, sobretudo dos neopentecostais, vem trazendo a prática da persuasão através de uma retórica religiosa muito forte. O neopentecostal tem como missão ganhar adeptos e, quanto mais distante do campo evangélico eles estiverem, mais importante é considerada a missão. Assim, os mais “demonizados” são justamente os adeptos das religiões de matriz africana.

Vagner Gonçalves da Silva, estudioso das religiões afro-brasileiras, afirma que as origens da violência contra essas crenças estão na escravidão, processo que “sequestrou milhões de pessoas de diferentes etnias africanas, separou famílias e tentou destruir formas de cultura que não fossem brancas e européias”. “O europeu não teria feito a colonização só por meio de armas. Estado e Igreja eram braços da colonização, e serviam para desumanizar os povos sequestrados, tornando aceitável a sua escravização.

Neste contexto, os povos africanos trazidos à força ao Brasil criaram ou adaptaram as religiões que aqui encontraram: enquanto o Candomblé foi criado no

Brasil a partir da “importação” de diferentes cultos de origem africana, a Umbanda é uma mistura de elementos das religiões indígenas, africanas e católica. Elas nasceram, portanto, como forma de resistência ao colonialismo e ao catolicismo, que impunha a escravidão como “única forma de salvar a alma dos negros”, segundo o pesquisador

Eram também espaços de cura, no qual as pessoas desumanizadas, os africanos escravizados, podiam enfim ser humanas. E isso também significava resistir à escravidão (Roger Cipó *apud* VIEIRA, 2015)

RELIGIÃO COMO RESISTÊNCIA NOS DIAS DE HOJE

Hoje, a mesma violência persiste. O que muda, segundo o pesquisador Vagner Gonçalves da Silva, são os perpetuadores da intolerância

As religiões de matriz africana foram perseguidas pela inquisição, pelo governo colonial, pelo Estado e, agora, por grupos neopentecostais, que também estão no poder na bancada evangélica (SILVA *apud* D'ANGELO, 2017)

Os pesquisadores em grande parte enxergam as perseguições às religiões afro-brasileiras, especialmente quando perpetradas pelo próprio Estado, como uma forma de “manter a ordem capitalista”, já que essas crenças, segundo eles, não possuem “estruturas de dominação e de poder”

O neopentecostalismo tem a crença de que é preciso eliminar a presença e a ação do demônio no mundo, tem como característica classificar as outras denominações religiosas como as de matriz afro-brasileiras.

A visão das igrejas neopentecostais sobre as religiões afro-brasileiras é conseqüência do desenvolvimento do sistema teológico e doutrinário do pentecostalismo, surgido no Brasil no início do século XX, nas décadas de 1950 e 1960. Nessa época, o movimento religioso assumiu novos contornos, ganhando maior visibilidade. Ao se distinguir pela ênfase do dom da cura divina (por isso chamada muitas vezes de “igrejas da cura”) e pelas estratégias de proselitismo e conversão em massa, essa segunda, o pentecostalismo preservou as características básicas do movimento que já tinha 40 anos, como a doutrina dos dons carismáticos (fé, profecia, discernimento, cura, línguas etc.), o sectarismo e o ascetismo (Mariano 1999, p.31).

Nos anos de 1970, recebeu a classificação de “neopentecostal” e as igrejas identificadas nessa fase assumiram a valorização do pragmatismo, utilização de gestão empresarial na condução dos templos, ênfase na teologia da prosperidade, utilização da mídia para o trabalho de proselitismo em massa e de propaganda religiosa e centralidade da teologia da batalha espiritual contra as outras denominações religiosas, sobretudo as afro-brasileiras e o espiritismo.

Acreditamos que o ataque às religiões afro-brasileiras, mais do que uma estratégia de proselitismo junto às populações de baixo nível socioeconômico, potencialmente

consumidoras dos repertórios religiosos afro-brasileiros e neopentecostais, é consequência do papel que as mediações mágicas e a experiência do transe religioso ocupam na própria dinâmica do sistema neopentecostal em contato com o repertório afro-brasileiro.

No neopentecostalismo, essa característica radicaliza-se em termos de transformá-la em uma religião da experiência vivida no próprio corpo, característica que tradicionalmente esteve sob a hegemonia das religiões afro-brasileiras e do espiritismo kardecista. Combater essas religiões pode ser uma estratégia proselitista voltada para retirar fiéis deste segmento.

AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS E OPRESSÕES DE SEXUALIDADE E GÊNERO

Outro ponto a se esclarecer é que além do racismo expresso nos ataques a essas religiões, existe também um cunho machista, visto que a umbanda e o candomblé podem ser em muitos aspectos, considerados religiões matriarcais.

Isso se dá pelas condições de pobreza e desemprego que a população negra se encontrava após a abolição da escravidão, onde as mulheres encontravam uma dificuldade menor, o que não diminui sua condição de exploração e de conseguir empregos em serviços domésticos ou como lavadeiras, quituteiras e feirantes, trabalhos esses que já na escravidão desenvolviam somados ou não aos trabalhos agrícolas.

Outro aspecto a ser considerado é a forma como o feminino é tratado na Umbanda e no Candomblé, tendo importantes entidades mulheres, Orixás guerreiras, ligadas a força e a luta, quebrando com a idéia da mulher enquanto frágil ou submissa.

São religiões que partem de uma outra moral sexual e familiar, diferente da moral cristã baseada no patriarcalismo e na família nuclear, que são bases fundamentais para a manutenção do capitalismo.

É significativo dizer que essa participação não se dá na definição das regras e doutrinas dessas religiões, a interação das adeptas se dá, principalmente, na prática religiosa. Porém, isso parece se diferenciar nas práticas dos cultos afro-brasileiros. Historicamente, os homens dominam a produção do que é 'sagrado' nas diversas sociedades. Discursos e práticas religiosas têm a marca dessa dominação. Normas, regras, doutrinas são definidas por homens em praticamente todas as religiões conhecidas. Assim.

[...] as mulheres continuam ausentes dos espaços definidores das crenças e das políticas pastorais e organizacionais das instituições religiosas. O investimento da população feminina nas religiões dá-se no campo da prática religiosa, nos rituais, na transmissão, como guardiãs da memória do grupo religioso (ROSADO-NUNES, 2005, p. 363)

POSSIBILIDADES PARA EXERCER A RELIGIÃO

Para enfrentar essa intolerância que possui motivação religiosa, é preciso primeiramente garantir que pessoas adeptas de diferentes crenças ou descrenças possam assumir publicamente suas identidades religiosas ou arreligiosas e possam conviver pacificamente na sociedade.

Não há como combater o racismo e a intolerância religiosa sem abordar, com muito respeito e admiração, a história do negro no Brasil, a cultura afro-brasileira e as religiões afro-brasileiras.

O papel do estado pelo que determina a Constituição é o de assegurar que todos os segmentos religiosos possam se manifestar em clima de harmonia e paz.

O estado não pode ser cúmplice na propagação dessas violências em um país como o nosso, que tem uma riquíssima geografia de identidade cultural.

Existem leis que punem a intolerância religiosa. Os artigos 1º e 20 da Lei nº 9459, de 13 de maio de 1997 dizem que prática, indução ou incitação de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional é passível de reclusão de um a três anos e multa.

Também há o artigo 208 do código penal e o artigo 5º da Constituição, que diz que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.

A intolerância religiosa ficou caracterizada como crime sujeito às penalidades legais, por meio da lei 7716/89, conhecida como Lei Caó que estabelece a igualdade racial e o crime de intolerância religiosa.

TERREIROS: TERRITÓRIO DE LUTA

Territorializar não é meramente ocupar um espaço físico, mas assentar *axé*, conectando espaço e tempo (ancestral), físico e simbólico:

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-nos dele. Além disso, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer esse princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer (BONNEMAISON e CAMBRÈZY *apud* HAESBAERT, 2007, p. 51).

O desenvolvimento de certo território é definido a partir de uma escala de valores que reflete o equilíbrio de forças que prevalece nesse território, ou seja, que reflete uma formação hegemônica: é na medida em que a quase totalidade das sociedades contemporâneas atribuem alta prioridade à disponibilidade de um determinado conjunto de bens materiais e semióticos associados à forma “moderna” de vida, obtidos pela aplicação de critérios (renda, produtividade, crescimento) da

racionalidade econômica, que o desenvolvimento constitui um problema universal (FURTADO, 1971:88-89).

Assim, o desenvolvimento do capitalismo restringe as classes populares à aceitação de certas concepções de estilo de vida, de hábitos de consumo e de desejo.

O pesquisador Roger Cipó, ativista dentro e fora dos Ilês (casa em Iorubá) e um dos organizadores de uma passeata em São Paulo pelo fim da intolerância religiosa, denuncia pelos clicks de sua máquina fotográfica os horrores que acontecem nos terreiros. Assim:

O ano de 2015 foi extremamente violento para as comunidades de terreiro: crianças foram apedrejadas, terreiros queimados, sacerdotisas foram assassinadas, vítimas do terrorismo religioso brasileiro. Ir às ruas e denunciar esse tipo de crueldade, era o mínimo a ser feito, e fizemos com muita força e esforços de gente que está cansada de tanta violência. As mobilizações são importantes porque acordam, ou pelo menos incomodam a sociedade para os retrocessos e cerceamento de direitos que temos vivido. Tomar as ruas é fazer pressão e insistir na luta por direitos, pois é importante que nos façamos vistos e ativos na luta por igualdade (ROGER CIPÓ *apud* VIEIRA, 2015)

RESISTÊNCIA

Os processos de resistência cultural das minorias étnicas ou formas de vida subalternas proporcionam mecanismos de luta, tendendo a repetir ou reproduzir os valores nos quais foram criados.

A resistência cultural e religiosa reforça o espírito gregário e conservador das condutas sociais, aparecendo como dinâmica de diferenciação, mecanismo de autoafirmação e defesa perante a ameaça de descaracterização ou de invisibilidade.

As Ações Afirmativas exigem a redefinição de nossos ideais, valores e instituições de nossa cultura política. São a continuação da luta dos movimentos sociais pela conquista de espaços nas esferas sociais, políticas e jurídicas da sociedade brasileira nos processos de modernização e democratização do Estado e da própria sociedade.

Noções como direito, igualdade, democracia, cidadania, liberdade, consagradas pelo projeto filosófico da modernidade, não são negadas, mas resignificadas em um pensamento político que visa ampliar e radicalizar aquele projeto de modernidade, contra universalismos excludentes, e contra particularismos fundamentalistas, contra racionalismos totalitários ou irracionalismos relativistas. Porém, não sem riscos de incorrer em projetos e práticas fundamentalistas e fascistas, ainda que na forma de lutas emancipatórias.

As ações afirmativas se configuram como um conjunto amplo de iniciativas que visam à universalização de direitos, envolvendo processos de subjetivação, de negociação intersubjetiva de identidades, de interpelação (ALTHUSSER, 1985), de conversão, de reconhecimento intersubjetivo (HONNETH, 2003), de confissão; enfim, de constituição política de identidades, dentre as quais, da identidade negra.

Os movimentos sociais negros cumprem um papel de grande importância neste processo:

[C]ada vez mais se evidencia que o tema das relações raciais ocupa um papel central nas celemas de nosso regime democrático e da qualidade de nosso tecido social. Assim, simplesmente não há como superar as injustiças sociais e a exclusão em nosso país sem que o negro, e o seu movimento organizado, seja o ponto de partida e o ponto de chegada das análises e das políticas (PAIXÃO, 2003, p.134).

CONCLUSÃO

Neste artigo pretendemos esboçar o pano de fundo atual de intolerância, violência, preconceito que seus participantes vêm passando durante os cultos e fora dos mesmos.

É preciso levar as pessoas a um resgate histórico das religiões africanas, afro-brasileiras, possibilitando a compreensão do sincretismo religioso, buscando assim, acabar com essa intolerância e a suposta superioridade de raças que levam a conflitos capazes de gerar violência em nossa sociedade atual. É preciso superar as formas de preconceitos, desenvolvendo no dia a dia ações orientadas para o cumprimento da lei da obrigatoriedade do ensino da história africana e afro brasileira nas escolas e evidenciar a religiosidade de matriz africana.

Talvez o conhecimento e o respeito pela diversidade religiosa podem contribuir para que a educação escolar pautada na tolerância e respeito aos direitos humanos seja disseminadora de atitudes livres de preconceitos.

Apesar de toda legislação protetiva, é necessário que os governos instituem políticas públicas e novas estratégias para evitar os ataques, a violência e toda forma de preconceito.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BRASIL. LEI Nº 9.459, DE 13 DE MAIO DE 1997.

BRASIL. Constituição Federal. 1988.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989.(Lei Caó). Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em 28 mai 2019.

D'ANGELO, Helô. **As origens da violência contra religiões afro-brasileiras**. Disponível em:<<https://revistacult.uol.com.br/home/violencia-religiosa-candomble-umbanda/>>. Acesso em 28 de mai 2019.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em:< <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em 28 maio de 2019.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

GIACOMINI, Sonia Maria. In: Silva, Lucas de Deus. **MAPEAMENTO DAS CASAS DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NO RIO DE JANEIRO: VISIBILIDADE E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA**. Departamento de Ciências Sociais, PUC: Rio de Janeiro, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a territorialização. In: SANTOS, Milton et all. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed.34, 2003.

IBGE. Censo de 2010. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&id_noticia=2170&view=noticia>. Acesso em 27 de mai 2019

MARIANO, Ricardo. **Igreja Universal do Reino de Deus: a magia institucionalizada**. Revista USP, 31:120-131, 1996.

PAIXÃO, Marcelo. **Desenvolvimento e Relações Raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro a formação e o sentido do brasil**, São Paulo: Companhia das Letras, 2º Ed. 1995.

ROSADO-NUNES, Maria José. Gênero e religião. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 363-365, 2005, maio-agosto. Disponível em: Acesso em: 20 de junho de 2019.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: Significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. **Mana**, v. 13, n. 1, p. 207-236, 2007.

VIEIRA, Kauê. O Olhar do Cipó e a inspiração que vem dos terreiros de candomblé. Disponível em: <<http://www.afreaka.com.br/notas/o-olhar-cipo-e-inspiracao-que-vem-dos-terreiros-de-candomble/>>. Acesso em 20 de junho de 2019.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO: Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos(IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do grupo de pesquisa - GESTELD- Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5670805010201977>

ÍNDICE REMISSIVO

B

Brasil Imperial 104

C

Carismas 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 64

Comunidade cristã 12, 31

Corpo 12, 13, 14, 16, 17, 18, 23, 32, 40, 41, 44, 45, 46, 63, 67, 94, 122, 128, 129

D

Defesa da dignidade 38, 39

Direitos Humanos 8, 9, 11, 60, 69, 70, 71, 77, 78, 79, 91, 97

Ditadura Militar 1, 2, 8, 10, 11

E

Eleitorado Evangélico 99, 103

F

Fundamentalismos 71, 80

H

Hegemonia 5, 91, 94

I

Igreja católica 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 26, 32, 69, 84, 85, 104, 107, 110, 116, 118, 121, 122, 123, 124, 125

Intolerância 58, 77, 78, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98

L

Laicidades 71

M

Memória e História 60, 61

Mulheres 13, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 75, 76, 80, 85, 94, 113, 114, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126

N

Natureza 25, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 56, 60, 61, 63, 73, 84, 87, 119, 121, 122, 127

P

Pastorais sociais 60, 61, 62, 66, 68

Perseguição 7, 23, 75, 90

Política 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 34, 41, 46, 51, 65, 66, 73, 74, 75, 78, 79, 83, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 113, 114, 123

R

Reformador brasileiro 104, 108, 113

Religião 1, 3, 4, 21, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 103, 105, 107, 110, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 120, 123, 125, 126, 129

Religião afro brasileira 90

Religiosidade brasileira contemporânea 71

S

Sexualidade 1, 2, 76, 94, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 129, 130

Sociedade 2, 3, 4, 11, 34, 40, 43, 44, 45, 47, 49, 56, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 89, 95, 96, 97, 105, 106, 109, 110, 111, 113, 114, 117, 118, 125, 129

Submissão 32, 53

T

Técnicas de si na Sexualidade 116

V

Violência 6, 7, 8, 43, 45, 58, 90, 92, 93, 95, 96, 97

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-685-0

